

**IC - Inquérito Civil n. 06.2022.00003269-6**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, representada pelo Promotor de Justiça **Alvaro Pereira Oliveira Melo**, ora **CELEBRANTE**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no artigo 127, *caput*, e artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal; no artigo 97 da Constituição Estadual; no artigo 25, inciso IV, da Lei n. 8.625/93; no artigo 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85; e no art. 90, inciso XII, da Lei Complementar Estadual n. 738/2019; e

**BERVELY HILLS ATENDIMENTO NA ÁREA DA SAÚDE LTDA - DEMAY**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 22.808.153/0002-83, com endereço na Rua Isidoro Caetano, 152, sala 02, Pioneiros, Balneário Camboriú/SC, representada por Jean Burg Demay, inscrito no CPF sob o n. 017.030.129-09, e

**MIRELA HABITZREUTER**, brasileira, solteira, esteticista, inscrita no CPF sob o n. 005.033.889-71, com endereço comercial na Rua Isidoro Caetano, 152, Sala 02, Pioneiros, ora **COMPROMISSÁRIAS**, firmam o presente:

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público, como um dos instrumentos da Política Nacional das Relações de Consumo, assegurar o respeito aos direitos dos consumidores nos termos do artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, do artigo 5º, inciso II, e do artigo 82, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor;

**CONSIDERANDO** que o Código de Defesa do Consumidor prevê como um dos direitos básicos do consumidor, em seu artigo 6º, inciso III, a informação adequada e clara sobre os produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

**CONSIDERANDO** que o artigo 18, §6º, inciso II do Código de

Defesa do Consumidor dispõe que são impróprios ao uso e consumo os produtos que estejam em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação;

**CONSIDERANDO** que o artigo 39 do Código de Defesa do Consumidor veda ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas, a de colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes;

**CONSIDERANDO** que o art. 55, §1º, do Código de Defesa do Consumidor destaca que *"a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias"*;

**CONSIDERANDO** que a Lei n. 9.782/1999, em especial os artigos 6º e 8º, §1º e inciso XI, que conferem à ANVISA a finalidade institucional de promover a proteção da saúde da população, com a competência para regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública;

**CONSIDERANDO** que o Código de Defesa do Consumidor elenca, dentre os direitos básicos do Consumidor, a prestação adequada de informações, a proteção do consumidor contra publicidade abusiva e/ou enganosa e, ainda, a prevenção de danos patrimoniais e morais em face das operações de consumo, na forma do art. 6º, incisos III, IV e VI, todos do CDC;

**CONSIDERANDO** que *"é enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços, de acordo com o §1º do art. 37 do CDC"*;

**CONSIDERANDO** que a referida conduta expõe o consumidor a evidente risco, em detrimento do art. 6º e 8º do Código de Defesa do Consumidor, podendo caracterizar, inclusive, o crime previsto no art. 66 do mesmo diploma legal:

Art. 66. Fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços:

**CONSIDERANDO** a instauração da Notícia de Fato n. 01.2022.00022894-2, para verificar suposta irregularidade na utilização de aparelho a laser para fins estéticos por diversos profissionais atuantes no Município de Balneário Camboriú;

**CONSIDERANDO** que naqueles autos foi apurado, por meio de fiscalização realizada pela Vigilância Sanitária Municipal, a existência de irregularidade no funcionamento do estabelecimento **Demay - Bervely Hills Atendimento na Área da Saúde Ltda** (CNPJ n. 22.808.153/0002-83), e no exercício de atividades estéticas por parte da profissional **Mirela Habitzreuter**, nos seguintes termos:

8) MIRELA HABITZREUTER: Rua Isidoro Caetano, n. 152 – Pioneiros. Situação encontrada: em 18/07/2022, às 14h20min, a equipe esteve no endereço indicado e encontrou o estabelecimento fechado. Posteriormente, em 19/07/2022, às 10h50min, a equipe retornou ao local e foi atendida pela recepcionista, a qual anunciou a chegada dos fiscais para a Sra. Mirela. **Cumpre informar que, ao aguardar atendimento, os fiscais avistaram a recepcionista retirando uma mala preta de umas das salas e levando-a para outra sala nos fundos do estabelecimento. Ao ser indagada, a funcionária entregou a mala aos fiscais, os quais constataram tratar-se de um equipamento a laser objeto da denúncia, qual seja: 01 (um) aparelho Ladybug (2017 serie - Q-SWITCHED ND.YAG SYSTEM) sem registro na ANVISA.** Diante disso, o referido equipamento foi interditado por Medida Cautelar, por colocar em risco a saúde de terceiros/usuários, sendo que a autuada ficou como fiel depositária desse aparelho. Em se tratando do Alvará Sanitário, verificou-se que a autuada está instalada dentro de uma clínica médica (Beverly Hills Atendimento na Área da Saúde LTDA), mas não apresentou Alvará Sanitário para a atividade de estética. Diante disso, a equipe de fiscalização responsável lavrará Auto de Intimação para solicitar tal documento.

**CONSIDERANDO** que o uso de aparelhos não submetidos à análise e autorização por parte da ANVISA pode implicar em danos à saúde dos consumidores, em especial queimaduras, tendo em vista tratar-se de equipamentos a laser com fins estéticos;

**CONSIDERANDO** que no tocante à cadeia de responsabilidade dos

fornecedores dispõe o Código de Defesa do Consumidor em seu art. 14: "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos".

**RESOLVEM** celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA, com fulcro no art. 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 7.347/85, mediante as cláusulas a seguir delineadas:

**1. Das obrigações da pessoa jurídica Demay:**

**CLÁUSULA 1ª** - A compromissária compromete-se, a partir da assinatura do presente termo, a adequar o exercício de suas atividades, inclusive no tocante à sublocação de salas, mediante atendimento de todas as exigências apresentadas pela Vigilância Sanitária Municipal, em especial para adequação do Alvará Sanitário;

**Parágrafo único:** O descumprimento da cláusula 1ª implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados – FRBL.

**CLÁUSULA 2ª** - A compromissária compromete-se, a partir da assinatura do presente termo, a não ter, manter, ofertar e/ou utilizar em suas dependências, **inclusive em salas sublocadas**, aparelhos a laser sem registro na ANVISA, em especial aqueles utilizados para "remoção de tatuagem e despigmentação";

**Parágrafo único:** O descumprimento da cláusula 2ª implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa por evento cada constatado no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados – FRBL.

**2. Das obrigações da pessoa de Mirela Habitzreuter**

**CLÁUSULA 3ª** - A compromissária compromete-se, a partir da assinatura do presente termo, a adequar o exercício de suas atividades, mediante atendimento das exigências apresentadas pela Vigilância Sanitária, bem como a

observar todas as normativas vigentes inerentes à profissão;

**CLÁUSULA 4ª** - A compromissária compromete-se, a partir da assinatura do presente termo, a abster-se de ter, manter em depósito, utilizar, adquirir, negociar, ofertar, quaisquer equipamentos, medicamentos e/ou insumos destinados às atividades de fisioterapia e/ou estética sem o devido registro na ANVISA.

**Parágrafo único:** O descumprimento da cláusula 4ª implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa por evento cada constatado no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados – FRBL.

**CLÁUSULA 5ª** - Caso opte em continuar com a oferta de serviços de "remoção de tatuagens e despigmentação", deverá providenciar a locação/aquisição de equipamento devidamente registrado na ANVISA, observando as condições de manutenção/calibração preventiva, bem como comprovar a completa regularidade do aparelho a esta Promotoria de Justiça.

**Parágrafo único:** O descumprimento da cláusula 5ª implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa por evento constatado (por cada constatação) no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados – FRBL.

**CLÁUSULA 6ª** - A compromissária compromete-se a pagar, a título de multa indenizatória pelos danos causados à coletividade, o valor de 1 (um) salário mínimo, com vencimento em 30 dias a partir da assinatura do presente termo, destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL, a ser pago mediante boleto bancário a ser emitido por esta Promotoria de Justiça;

**CLÁUSULA 7ª** - O Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida judicial, de cunho civil, contra o Compromissário, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja cumprido.

**CLÁUSULA 8ª** - A comprovada inexecução dos compromissos previstos nas cláusulas acima, facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título.

**CLÁUSULA 9ª** - As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

**CLÁUSULA 10ª** - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 2 (duas) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial.

Balneário Camboriú, 05 de agosto de 2022.

**Alvaro Pereira Oliveira Melo**  
**Promotor de Justiça**

**CLÍNICA DEMAY**

**MIRELA HABITZREUTER**